



Concurso Público

## 025. PROVA OBJETIVA

### PROCURADOR JURÍDICO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **09**.

#### *Novos tempos*

Não dá para afirmar que seja despropositada a decisão do Supremo Tribunal Federal de dar aos réus todas as possibilidades recursais previstas em lei. O que dá, sim, para discutir é se nosso marco legislativo não é absurdamente pródigo em recursos.

Minha impressão é que, a exemplo do que aconteceu com a medicina, o direito foi atropelado pelos novos tempos e nem percebeu. Se, até algumas décadas atrás, ainda dava para insistir em modelos que procuravam máxima segurança, com médicos conduzindo pessoalmente cada etapa dos processos diagnóstico e terapêutico e com advogados podendo apelar, agravar e embargar nas mais variadas fases do julgamento, isso está deixando de ser viável num contexto em que se pretende oferecer medicina e justiça para uma sociedade de massas.

Aqui, seria preciso redesenhar os sistemas, fazendo com que o cidadão só fosse para a Justiça ou para o hospital quando alternativas que dessem conta dos casos mais simples tivessem se esgotado. Não há razão, por exemplo, para que médicos prescrevam óculos para crianças ou para que divórcios e heranças não litigiosos passem por juízes e advogados.

É perfeitamente possível e desejável utilizar outros profissionais, como enfermeiros, tabeliães, notários e mediadores, para ajudar na difícil tarefa de levar saúde e justiça para todos. A dificuldade aqui é que, como ambos os sistemas são controlados muito de perto por entidades de classe com fortes poderes, que resistem naturalmente a mudanças, reformas, quando ocorrem, vêm a conta-gotas.

É preciso, entretanto, racionalizar os modelos, retirando seus exageros, como a generosidade recursal e a centralização no médico, mesmo sob o risco de reduzir um pouco a segurança. Nada, afinal, é pior do que a justiça que nunca chega ou a fila da cirurgia que não anda.

(Hélio Schwartzman. <http://www1.folha.uol.com.br>. 28.09.2013. Adaptado)

**01.** Segundo o primeiro parágrafo do texto,

- (A) é exagerada a postura do Supremo Tribunal Federal de permitir aos réus todas as formas de recursos, mesmo previstas em lei.
- (B) é necessário que a legislação brasileira seja discutida com a finalidade de permitir ao cidadão ampla possibilidade de recursos.
- (C) apesar de previstas poucas possibilidades de recursos em lei, o Supremo Tribunal Federal excede-se na concessão desse benefício.
- (D) não se pode criticar o Supremo Tribunal Federal por conceder aos réus todas as possibilidades de recursos, pois estão previstas em lei.
- (E) a lei brasileira é equilibrada, mas é necessário que se discuta a postura do Supremo Tribunal Federal quanto à concessão de recursos.

**02.** De acordo com a opinião do autor, num contexto em que se pretende oferecer medicina e justiça para uma sociedade de massas, modelos que procuram a máxima segurança

- (A) ainda devem ser privilegiados.
- (B) estão se tornando impraticáveis.
- (C) continuam trazendo resultados satisfatórios.
- (D) não devem ser descartados.
- (E) ainda são os mais adequados.

**03.** Segundo a opinião do autor, para que o atendimento médico pudesse chegar a um número muito maior de cidadãos brasileiros, seria necessário reorganizar o sistema, de modo que

- (A) o atendimento à saúde contasse com um número muito maior de especialistas médicos e de profissionais intermediários.
- (B) fossem recomendadas formas alternativas de tratamento para os casos que dependem do acompanhamento de especialista médico.
- (C) o médico inicialmente avaliasse cada caso e depois transferisse os pacientes para os cuidados de profissionais intermediários.
- (D) os casos fossem atendidos por um médico e por uma equipe de profissionais intermediários, como enfermeiros e seus auxiliares.
- (E) os casos mais simples fossem tratados por profissionais intermediários e só fossem para o médico quando necessário o especialista.

**04.** Releia o seguinte trecho do texto:

A dificuldade aqui é que, como ambos os sistemas são controlados muito de perto por entidades de classe com fortes poderes, que resistem naturalmente a mudanças, reformas, quando ocorrem, vêm a **conta-gotas**.

A expressão destacada no final do trecho foi utilizada pelo autor para enfatizar o que ele considera ser uma característica das reformas e mudanças nos sistemas de saúde e de justiça brasileiros: a

- (A) imparcialidade.
- (B) dubiedade.
- (C) morosidade.
- (D) instantaneidade.
- (E) praticidade.

05. O termo destacado na frase – É preciso, **entretanto**, racionalizar os modelos, retirando seus exageros... – estabelece sentido de

- (A) contraste, podendo ser substituído, sem alteração de sentido, por **porém**.
- (B) explicação, podendo ser substituído, sem alteração de sentido, por **pois**.
- (C) causa, podendo ser substituído, sem alteração de sentido, por **visto que**.
- (D) conformidade, podendo ser substituído, sem alteração de sentido, por **conforme**.
- (E) conclusão, podendo ser substituído, sem alteração de sentido, por **assim**.

06. Assinale a alternativa em que o termo em destaque está empregado em sentido figurado.

- (A) ... dar aos réus todas as **possibilidades** recursais...
- (B) ... médicos conduzindo **pessoalmente** cada etapa dos processos diagnóstico e terapêutico...
- (C) Aqui, seria preciso **redesenhar** os sistemas...
- (D) ... quando **alternativas** que dessem conta dos casos mais simples tivessem se esgotado.
- (E) É perfeitamente possível e desejável utilizar outros **profissionais**...

07. Considere os seguintes trechos do texto:

- Se, **até** algumas décadas atrás, ainda dava para insistir em modelos que procuravam máxima segurança...
- ... fazendo com que o cidadão **só** fosse para a Justiça ou para o hospital quando alternativas...
- ... utilizar outros profissionais (...), **para** ajudar na difícil tarefa de levar saúde e justiça para todos.

Os termos em destaque nos trechos indicam noção, respectivamente, de

- (A) tempo / restrição / finalidade.
- (B) tempo / causa / direção.
- (C) restrição / modo / finalidade.
- (D) afirmação / condição / finalidade.
- (E) restrição / afirmação / direção.

08. Releia o seguinte trecho do texto:

É perfeitamente possível e desejável utilizar outros profissionais (...), para ajudar na difícil tarefa de levar saúde e justiça para todos.

Considerando-se as regras de concordância e de colocação pronominal, segundo a norma-padrão da língua portuguesa, o trecho apresenta sua reescrita correta em:

- (A) É perfeitamente possível e desejável que sejam designado outros profissionais (...), para que se dediquem à difícil tarefa de levar saúde e justiça para todos.
- (B) É perfeitamente possível e desejável que sejam designado outros profissionais (...), para que dediquem-se à difícil tarefa de levar saúde e justiça para todos.
- (C) É perfeitamente possível e desejável que seja designado outros profissionais (...), para que se dediquem à difícil tarefa de levar saúde e justiça para todos.
- (D) É perfeitamente possível e desejável que seja designados outros profissionais (...), para que dediquem-se à difícil tarefa de levar saúde e justiça para todos.
- (E) É perfeitamente possível e desejável que sejam designados outros profissionais (...), para que se dediquem à difícil tarefa de levar saúde e justiça para todos.

09. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) É preciso racionalizar os sistemas de saúde e de justiça, pois para o cidadão nada, é pior, do que a justiça e o atendimento médico que, nunca chegam.
- (B) É preciso racionalizar os sistemas de saúde e de justiça, pois para, o cidadão, nada é pior do que, a justiça e o atendimento médico, que nunca chegam.
- (C) É preciso racionalizar, os sistemas de saúde e de justiça, pois para o cidadão, nada, é pior do que a justiça e o atendimento médico que nunca chegam.
- (D) É preciso racionalizar os sistemas de saúde e de justiça, pois, para o cidadão, nada é pior do que a justiça e o atendimento médico que nunca chegam.
- (E) É preciso, racionalizar os sistemas de saúde e de justiça, pois, para o cidadão nada, é pior do que a justiça e o atendimento médico que nunca chegam.

10. Leia o texto para responder à questão.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ligado \_\_\_\_\_ Presidência da República, aprovou resolução que, na prática, proíbe propaganda voltada \_\_\_\_\_ menores de idade no Brasil. O texto, que o órgão considera ter força de lei, torna abusivo o direcionamento de publicidade \_\_\_\_\_ esse público, com \_\_\_\_\_ intenção de persuadi-lo “para o consumo de qualquer produto ou serviço”.

(<http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 24.03.2014. Adaptado)

Considerando-se o uso do acento indicativo de crase, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... à ... à ... à
- (B) à ... a ... a ... a
- (C) a ... à ... a ... à
- (D) à ... a ... à ... a
- (E) à ... a ... à ... à

### MATEMÁTICA

11. Sônia, Regina e Fabiano foram almoçar no restaurante a quilômetro do laboratório. Considerando o gasto médio entre os três colegas, nesse almoço, Regina gastou R\$ 1,00 a menos do que a média dos três, e Sônia gastou R\$ 0,35 a mais que essa média. Portanto, Fabiano gastou

- (A) R\$ 0,90 a menos do que a média.
- (B) R\$ 0,45 a menos do que a média.
- (C) R\$ 0,15 a menos do que a média.
- (D) R\$ 0,65 a mais do que a média.
- (E) R\$ 1,35 a mais do que a média.

12. Na empresa, está ocorrendo um treinamento que ocorre das 8h30 às 11h55, dividido em duas partes com um intervalo de 15 minutos entre elas. Para que a 2.<sup>a</sup> parte dure 20 minutos a menos que a 1.<sup>a</sup> parte, o intervalo deverá começar às

- (A) 10h15.
- (B) 10h20.
- (C) 10h25.
- (D) 10h30.
- (E) 10h35.

13. O contador de uma empresa de engenharia recebeu duas contas para efetuar o pagamento, cada uma indicando as quantidades dos itens comprados e o valor total a pagar.

Conta A

<i>Item</i>	<i>Quantidade</i>
Transformador	3
Rolamento	5
Total a pagar: R\$ 540,00	

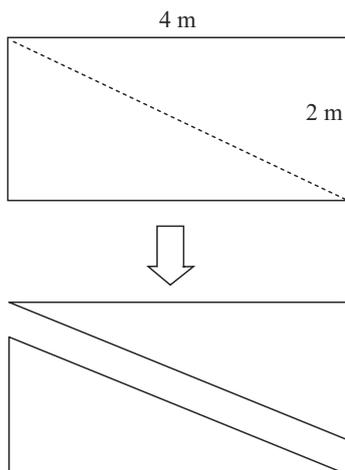
Conta B

<i>Item</i>	<i>Quantidade</i>
Transformador	5
Rolamento	4
Total a pagar: R\$ 640,00	

Sabendo-se que os preços unitários dos itens de mesmo nome nas duas contas são iguais, a soma do preço unitário de um transformador com o de um rolamento será de

- (A) R\$ 80,00.  
 (B) R\$ 90,00.  
 (C) R\$ 100,00.  
 (D) R\$ 120,00.  
 (E) R\$ 140,00.
14. A secretaria de meio ambiente de certo município está montando *kits* de mudas de árvores nativas, para distribuição numa campanha de conscientização ambiental. Há 400 mudas de ipê-amarelo, 600 de pau-brasil e 1 200 de sibipiruna. Sabendo-se que todas as mudas deverão ser utilizadas, e que cada *kit* deverá ter a mesma composição, ou seja, quantidades iguais para espécies iguais, será montado o número máximo possível de *kits* nessas condições. Cada *kit* conterá uma quantidade de mudas igual a
- (A) 3.  
 (B) 5.  
 (C) 8.  
 (D) 11.  
 (E) 22.
15. Um agrimensor determinou as características de um terreno supostamente quadrado com medida do lado  $x$ . Após as medidas, ele concluiu que o terreno é na verdade retangular, com dois lados medindo  $x$ , e, os outros dois, 20 cm a menos que  $x$ . Com isso, a área correta do terreno é de  $\frac{39}{40}$  da área inicialmente suposta, e o perímetro correto é de
- (A) 30,4 m.  
 (B) 31,6 m.  
 (C) 32,8 m.  
 (D) 34 m.  
 (E) 35,2 m.

16. O funcionário de uma empresa metalúrgica cortou uma chapa metálica retangular com as dimensões dadas na figura sem escala definida. O corte diagonal é representado com a linha tracejada.



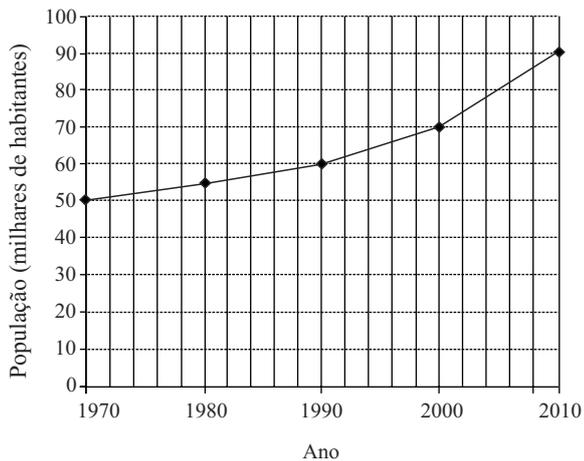
Cada chapa triangular resultante tem perímetro entre

- (A) 9 m e 10 m.  
(B) 10 m e 11 m.  
(C) 11 m e 12 m.  
(D) 12 m e 13 m.  
(E) 13 m e 14 m.
17. O engenheiro Ricardo tem em mãos 5 parafusos de comprimentos diferentes e feitos de materiais diferentes. Ele sabe que
- o parafuso de aço é mais curto que o de alumínio;
  - o parafuso de latão tem comprimento intermediário entre o de bronze e o de aço;
  - o parafuso de titânio é mais curto que o de latão e mais longo que o de bronze.

Ricardo escolherá, para determinado projeto, o mais curto dentre esses parafusos, que será o de

- (A) aço.  
(B) alumínio.  
(C) bronze.  
(D) latão.  
(E) titânio.

18. O gráfico representa a evolução da população de certa cidade, em intervalos de 10 anos.



Com base nos dados do gráfico, pode-se afirmar, em relação à população total dessa cidade, que

- (A) a população aumentou em 20% entre 1970 e 1980.
- (B) de 1980 a 2000, a população aumentou em mais de 10 mil habitantes.
- (C) de 1990 a 2000, a população aumentou em mais de 25%.
- (D) de 2000 a 2010, a população aumentou em 2 mil habitantes.
- (E) o percentual de aumento de 1990 a 2000 foi igual ao percentual de aumento de 1970 a 1990.
19. O fabricante de um cartucho de t ner para impressora informa que este dura o suficiente para imprimir 2 500 folhas com texto simples, ou 1 000 folhas com gráficos de qualidade normal. Após a instala o de um cartucho novo desse tipo, foram impressas 1 500 folhas de texto simples e 80 folhas com gráficos de qualidade normal. Espera-se que a impressora com esse cartucho, com o que restou de t ner, possa imprimir ainda uma quantidade de folhas, com gráficos de qualidade normal, igual a
- (A) 320.
- (B) 350.
- (C) 380.
- (D) 400.
- (E) 440.
20. Quando começa o horário de verão em certa região, os relógios devem ser adiantados em uma hora, e, quando esse horário termina, os relógios devem ser atrasados em uma hora. No ano de 2014, em janeiro vigorava o horário de verão em São Paulo, e quando em São Paulo eram 15h20, em Berlim eram 18h20. Em fevereiro, terminou o horário de verão em São Paulo e, no final de março, começou o horário de verão em Berlim, que será mantido até outubro. Então, em abril de 2014, quando em São Paulo eram 11h00, em Berlim eram
- (A) 14h00.
- (B) 14h20.
- (C) 15h00.
- (D) 15h20.
- (E) 16h00.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Na Constituição Federal de 1988, o Município é uma pessoa jurídica de direito público interno, que possui autonomia, caracterizada por sua capacidade de
- (A) não-intervenção, autoadministração, autolegislação e independência.
  - (B) autodeterminação, independência, prevalência e autoeleição.
  - (C) auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação.
  - (D) autolimitação, autoadministração, auto-organização e não-intervenção.
  - (E) não-intervenção, autodeterminação, autogoverno e autolegislação.
22. O Supremo Tribunal Federal não admite a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade para atacar
- (A) emendas constitucionais.
  - (B) tratados incorporados ao ordenamento brasileiro.
  - (C) atos normativos estaduais.
  - (D) leis complementares federais.
  - (E) ato normativo já revogado.
23. Compete ao Conselho Nacional de Justiça
- (A) desempenhar, com exclusividade, as funções de correição dos Magistrados e dos servidores públicos em geral, lotados no Poder Judiciário.
  - (B) exercer a função de órgão máximo do Poder Judiciário Nacional, caracterizando-se como órgão de cúpula.
  - (C) analisar os atos jurisdicionais e revisar o conteúdo da decisão judicial dos Magistrados e dos Tribunais, exceto o Supremo Tribunal Federal.
  - (D) efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes.
  - (E) disciplinar os meios de acesso de membros do Ministério Público e da Advocacia aos Tribunais Superiores.

24. Os tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro pelo procedimento anterior ao previsto atualmente, em razão da edição da Emenda Constitucional n.º 45/04, possuem status
- (A) supralegal, paralisando a eficácia de todo o ordenamento infraconstitucional em sentido contrário.
  - (B) constitucional, equivalendo a emendas constitucionais, desde que aprovados por 3/5 (três quintos) dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
  - (C) de lei ordinária, podendo ser revogados por lei posterior.
  - (D) infralegal, prevalecendo sempre as leis internas sobre o direito internacional.
  - (E) supraconstitucional, pois os tratados derivam do direito natural, precedente do direito positivado.

### DIREITO CIVIL

25. Nos defeitos do negócio jurídico, o Código Civil tratou do instituto da lesão, sendo que esta ocorre
- (A) se uma pessoa, sob estado de necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
  - (B) quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
  - (C) se uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
  - (D) quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de inteligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
  - (E) quando o devedor insolvente pratica atos lesivos aos direitos dos credores.
26. Prescreve em cinco anos:
- (A) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
  - (B) a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos e rústicos.
  - (C) a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
  - (D) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
  - (E) a pretensão de reparação civil.

27. O Código Civil indica como forma de aquisição da propriedade a usucapião, sendo correto afirmar que aquele que,
- (A) por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé.
  - (B) por cinco anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé.
  - (C) por cinco anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, com justo título e boa-fé.
  - (D) por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, desde que demonstre justo título e boa-fé.
  - (E) por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a posse, desde que demonstre justo título e boa-fé.
28. José, 75 anos, estando casado com Celina há um ano, sua segunda esposa, no regime de separação obrigatória de bens, falece. José deixou também Amélia, sua única filha do primeiro casamento e a neta Laura. Diante disso, é correto afirmar que
- (A) Amélia, Laura e Celina herdarão em partes iguais.
  - (B) Celina é a única herdeira de todo o patrimônio de seu marido.
  - (C) Amélia e Celina dividirão a herança em partes iguais.
  - (D) Amélia herdará 2/3 e Celina 1/3.
  - (E) Amélia é a única herdeira de todo o patrimônio de seu pai.
29. Na atual sistemática implantada para a execução civil, com a supressão da fase de nomeação de bens a penhora, é correto afirmar que
- (A) quando já foram tomadas providências visando à efetivação da penhora, mas estas se revelarem infrutíferas, o credor deverá ser intimado para indicar onde estão e quais são os bens sujeitos a penhora, sob pena de extinção da execução e consequente arquivamento dos autos.
  - (B) quando já foram tomadas providências visando à efetivação da penhora, mas estas se revelarem infrutíferas, o prazo para o exequente indicar bens do devedor passíveis de penhora é de quinze dias, sob pena de aplicação de multa do art. 601 e não o arquivamento dos autos.
  - (C) quando já foram tomadas providências visando à efetivação da penhora, mas estas se revelarem infrutíferas, o prazo para o exequente indicar bens do devedor passíveis de penhora é de cinco dias, sob pena de aplicação de multa do art. 601 e não o arquivamento dos autos.
  - (D) quando já foram tomadas providências visando à efetivação da penhora, mas estas se revelarem infrutíferas, o devedor deverá ser intimado para indicar onde estão e quais são os bens sujeitos a penhora, sob pena de multa do art. 601 do CPC.
  - (E) quando já foram tomadas providências visando à efetivação da penhora, mas estas se revelarem infrutíferas, o credor deverá ser intimado a fornecer meios para a continuidade do processamento da execução, sob pena de extinção e posterior decretação da prescrição intercorrente.
30. Com relação às ações de procedimento especial, o prazo para contestar especificamente as ações de reintegração de posse, nunciação de obra nova e embargos de terceiro é, respectivamente:
- (A) 5 dias; 15 dias; 5 dias.
  - (B) 15 dias ; 10 dias ;10 dias.
  - (C) 15 dias; 20 dias; 10 dias.
  - (D) 5 dias; 5 dias; 20 dias.
  - (E) 15 dias, 5 dias, 10 dias.

31. A respeito do processamento do *habeas data*, é correto afirmar que
- (A) cabe ao juízo de primeiro grau a realização do juízo prévio de admissibilidade do recurso interposto contra a sentença, o qual terá a competência exclusiva para conceder efeito suspensivo ao referido recurso.
  - (B) o recurso interposto contra sentença que conceder o *habeas data* terá efeito meramente devolutivo. No entanto, o Presidente do Tribunal ao qual competir o conhecimento do recurso, poderá ordenar ao juiz a suspensão da execução da sentença. Assim, o juiz de 1.º grau está impossibilitado de conceder efeito suspensivo ao recurso.
  - (C) o recurso interposto contra a sentença concessiva do *habeas data* terá efeito devolutivo e suspensivo. No entanto, o Presidente do Tribunal ao qual competir o conhecimento do recurso poderá ordenar ao juiz a execução provisória da sentença.
  - (D) cabe unicamente ao Tribunal a realização do juízo de admissibilidade do recurso interposto contra a sentença, o qual terá a competência exclusiva para conceder efeito devolutivo ao referido recurso.
  - (E) nos casos de indeferimento da inicial, o recurso interposto deverá ser submetido ao crivo do Tribunal de origem, sendo que, nessa hipótese, não haverá a concessão de efeito suspensivo pelo primeiro grau.
32. Assinale, entre as alternativas seguintes, aquela que contém prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.
- (A) Prazos em dobro para recorrer; desnecessidade de adiantar despesas processuais; dispensa de preparo; dispensa de depósito prévio para ajuizamento da ação rescisória, duplo grau de jurisdição obrigatório.
  - (B) Prazo em quádruplo para recorrer, adiantamento de despesas processuais, dispensa de preparo; dispensa de depósito prévio para ajuizamento da ação rescisória e reexame necessário.
  - (C) Prazo em dobro para contestar e, em geral, para falar nos autos; pagamento de preparo mediante caução; pagamento do depósito necessário para propor ação rescisória somente no final e dispensa de pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais no mandado de segurança.
  - (D) Prazos em dobro para contestar e recorrer; desnecessidade de adiantar despesas processuais; dispensa de preparo; dispensa de depósito prévio para ajuizamento da ação rescisória, duplo grau de jurisdição obrigatório.
  - (E) Prazo em dobro para recorrer, desnecessidade de adiantar despesas processuais, obrigatoriedade de realizar depósito prévio para ajuizamento da ação rescisória e dispensa de pagamento de multa astreinte.
33. Com relação ao mandado de segurança, individual ou coletivo, é correto afirmar que
- (A) quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, todas deverão vir a juízo, em litisconsórcio necessário, a fim de requerer o mandado de segurança.
  - (B) a sentença que conceder o mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.
  - (C) quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
  - (D) contra o acórdão que conceder ou negar a segurança, nos mandados de competência originária do tribunal, cabe recurso ordinário constitucional.
  - (E) contra a sentença que denegar a segurança, nos mandados de competência originária do primeiro grau, cabe recurso ordinário constitucional.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

34. Sobre os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) os cânones da boa-fé e da lealdade, que devem reger as relações com a sociedade, são inerentes ao princípio da eficiência.
  - (B) em razão do princípio da publicidade, o sigilo no âmbito da Administração somente poderá ser admitido quando imprescindível à segurança da Sociedade ou do Estado.
  - (C) o princípio da publicidade se traduz na conduta da Administração de tratar todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimen-tosas.
  - (D) uma providência administrativa que não consegue passar pelo crivo da razoabilidade acaba por violar o princípio da finalidade.
  - (E) o princípio da motivação é necessário unicamente na identificação das justificativas do ato administrativo vinculado, que deverão ser pormenorizadas.
35. Pode ser considerada uma prestação de serviços pela Administração Pública a
- (A) manutenção dos serviços postais e de telecomunicações.
  - (B) construção de uma obra na qual será instalada futuramente uma escola pública.
  - (C) fiscalização sanitária de estabelecimentos que vendam gêneros alimentícios.
  - (D) interrupção temporária de circulação em uma via pública, a fim de permitir a passagem de um grupo de manifestantes.
  - (E) fixação do limite de velocidade para o tráfego em vias públicas.

36. O controle externo da Administração Pública pode ser exercido, em alguns casos, diretamente pelo Congresso Nacional, sendo uma hipótese de controle exercido exclusivamente pelo Senado Federal
- (A) a sustação de atos e contratos.
  - (B) a convocação de Ministro para prestar informações.
  - (C) o julgamento das contas do Presidente da República.
  - (D) a autorização para realização de operação externa de natureza financeira pela União.
  - (E) a emissão de parecer prévio sobre as contas do Presidente da República.
37. A Lei Orgânica do Município de São Carlos prevê
- (A) a possibilidade de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos com o nome de pessoas vivas.
  - (B) que o Poder Público poderá, a critério discricionário do Chefe do Executivo, realizar publicidade de qualquer natureza fora do território do Município.
  - (C) que uma pessoa poderá exercer cargo de chefia na área de saúde e ocupar a direção de entidade que seja credenciada pelo sistema único de saúde, em nível municipal.
  - (D) a possibilidade de cessão de uso de próprios públicos municipais para o funcionamento de estabelecimentos de ensino privado.
  - (E) como forma de participação popular, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
38. É prevista na Lei Federal n.º 8.666/93, como hipótese de inexigibilidade de licitação
- (A) a aquisição que a União tiver que efetuar para intervir no domínio econômico a fim de regular preços ou normalizar o abastecimento.
  - (B) a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de localização condicionem a sua escolha.
  - (C) a contratação de serviços técnicos de auditorias financeiras ou tributárias, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
  - (D) a contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços de mão-de-obra.
  - (E) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, realizadas diretamente com base no preço do dia.
39. Em compra e venda de imóvel, o imposto *inter-vivos*
- (A) não incide quando o comprador é pessoa jurídica.
  - (B) compete ao Município onde se realiza a transmissão.
  - (C) compete ao Município onde se situa o bem.
  - (D) compete ao Município onde está estabelecido o vendedor.
  - (E) compete ao Município onde está estabelecido o comprador.
40. A suspensão da exigibilidade de um tributo acarretará
- (A) a extinção do crédito.
  - (B) a lavratura de auto de infração em procedimento de fiscalização.
  - (C) a suspensão das medidas de cobrança do crédito.
  - (D) a remessa dos autos ao Ministério Público.
  - (E) a abertura de sindicância para apuração de responsabilidade do autor da exigência.
41. Remissão, anistia e isenção em caráter não-geral configuram hipóteses de
- (A) suspensão do crédito tributário.
  - (B) exclusão do crédito tributário.
  - (C) extinção do crédito tributário.
  - (D) não incidência qualificada.
  - (E) renúncia de receita tributária.

42. Tomando por base os elementos constitutivos da relação de emprego e do contrato de trabalho, tanto fáticos quanto jurídicos, bem assim as relações jurídicas que, embora distintas, são próximas do emprego, assinale a alternativa que traz a afirmação correta.
- (A) O que diferencia o contrato de emprego do trabalho autônomo está na transitoriedade deste e no caráter definitivo daquele, já que os demais requisitos de pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação podem estar presentes em ambas as circunstâncias.
  - (B) Enquanto o trabalhador vinculado ao empregador mediante contrato de trabalho compromete-se a respeitar os poderes patronais (de direção do negócio e disciplinar sobre ele) no tocante ao modo de concretização cotidiana de seus serviços, a autonomia supõe a noção de que o próprio prestador de serviços estabelece e concretiza, cotidianamente, a forma de realização dos serviços que pactuou prestar.
  - (C) Trabalho que se realiza por pessoa física, mediante pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação constitui a relação de emprego que corresponde ao contrato de trabalho, enquanto numa situação de prestação de serviços mediante trabalho autônomo tal como definida na lei civil, não há, como elemento necessário, a pessoalidade na execução dos serviços, constituindo esse aspecto a diferença básica que distingue as modalidades de prestação de serviços.
  - (D) O representante comercial distingue-se do vendedor empregado pela assunção de riscos representados pela cláusula *star del credere*, que não pode ser pactuada no âmbito do contrato de trabalho de vendedores empregados.
  - (E) No contrato de empreitada, uma ou mais pessoas se comprometem a realizar ou mandar realizar uma obra certa e especificada para outrem, sob a direção do contratante da obra certa, mediante o ajuste de um preço global para a execução da obra, traço econômico que estabelece a diferença em relação ao emprego, cujo pagamento é necessariamente ajustado pelo tempo à disposição do tomador de serviços.
43. Em se tratando de sucessão de empregadores, é correto afirmar:
- (A) A Consolidação das Leis do Trabalho não trata do tema, dado o seu parco rigor técnico cujas lides são resolvidas pela associação de doutrina e jurisprudência, inclusive sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho.
  - (B) Além das situações-tipo tradicionais de sucessão (alteração na estrutura formal da pessoa jurídica empregadora, substituição do empregador pela alienação, aquisição de controle, incorporação, fusão, etc), admitem-se também situações-tipo novas, como a existência de qualquer contrato da empregadora com o Poder Público, o que atrai a responsabilidade do Poder Público como sucessor dos créditos trabalhistas.
  - (C) Para a caracterização da sucessão de empregadores e substituição subjetiva do titular passivo da relação empregatícia, não há necessidade de mudança na propriedade da empresa. Basta a transferência de uma unidade econômico-jurídica como um estabelecimento ou de parte significativa do estabelecimento, de modo a afetar significativamente os contratos de trabalho.
  - (D) Não ocorre entre concessionárias de serviços públicos nem em aquisições de acervos empresariais em hasta pública ou em negócios jurídicos havidos no curso de processos de recuperação judicial ou falimentares, haja vista que não há regra imperativa nesse sentido.
  - (E) A sucessão de empregadores supõe, sempre, a continuidade da prestação de serviços porque está fundamentada no princípio da continuidade da relação de emprego, de modo que é impossível declarar a sucessão de empregadores se não tiver havido a manutenção dos serviços prestados pelo empregado ao novo empregador.

44. Assinale a alternativa correta.

- (A) Aos sindicatos incumbe a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria representada, inclusive o direito de greve, que, no entanto, não pode ser exercido contra autarquia municipal.
- (B) A greve evoluiu de delito para direito. Corresponde a uma suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, da prestação pessoal de serviços a empregador, com o objetivo de exercer-lhe pressão com vistas à defesa ou à conquista de interesses coletivos ou difusos, sendo assegurada de modo irrestrito aos trabalhadores celetistas, independentemente da atividade desempenhada.
- (C) A greve pode ser deflagrada por deliberação coletiva dos trabalhadores, segundo lhe consultem seus interesses, inclusive quanto à sua conveniência e oportunidade. Demanda apenas uma formalização de seus requisitos, como a negociação coletiva prévia, a autorização de assembleia de trabalhadores, o aviso prévio à parte adversa e o atendimento às necessidades inadiáveis da comunidade, tal como definido pela própria categoria profissional.
- (D) A Constituição assegurou o direito de associação sindical e de greve aos servidores públicos. Enquanto não houver lei específica para a regulamentação desse direito, o Supremo Tribunal Federal tem entendido que as disposições da Lei n.º 7.783/1989 são aplicáveis, no que compatíveis, aos servidores públicos civis, considerados sempre os serviços públicos como atividades essenciais.
- (E) A greve de servidores públicos, embora garantida pela Constituição Federal, não pode ser realizada pelo fato de o Congresso Nacional ainda não ter editado legislação que regulamente o exercício de tal direito, constituindo-se, assim, em norma constitucional de eficácia limitada.

## DIREITO PENAL

45. Durante o regular curso de processo penal, passa a vigorar lei nova, que deixa de considerar o fato imputado na denúncia como criminoso. Nessa hipótese, deve o juiz
- (A) absolver o acusado.
  - (B) decretar a prescrição e arquivar o processo.
  - (C) decretar a extinção da punibilidade do acusado.
  - (D) encaminhar os autos ao Ministério Público, a fim de que adite a denúncia.
  - (E) determinar o normal prosseguimento do processo, uma vez que o fato foi cometido sob a égide da lei antiga.
46. O crime de perigo de inundação (CP, art. 255) apenas está caracterizado se
- (A) o agente age dolosamente.
  - (B) a inundação efetivamente ocorre.
  - (C) a remoção de obstáculo se dá em obra pública.
  - (D) o autor do fato tinha o dever de evitar o resultado.
  - (E) ocorre dano efetivo à vida, integridade física ou patrimônio de outrem.
47. De acordo com a expressa definição do CP, art. 18, I, é considerado doloso o crime cometido
- (A) com imperícia.
  - (B) com negligência.
  - (C) com imprudência.
  - (D) com voluntariedade.
  - (E) em circunstância em que o agente assume o risco de produzir o resultado.

48. No que concerne à competência, determina o art. 89 do CPP que os crimes cometidos em qualquer embarcação nas águas territoriais da República, ou nos rios e lagos fronteiriços, serão processados e julgados
- (A) na comarca da capital do país.
  - (B) na comarca da capital do estado.
  - (C) de acordo com a regra da prevenção.
  - (D) com observância da regra *intuitu personae*.
  - (E) pela justiça do primeiro porto brasileiro em que tocar a embarcação, após o crime.

49. *A autoridade policial \_\_\_\_\_ mandar arquivar autos de inquérito. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial \_\_\_\_\_ proceder a novas pesquisas, \_\_\_\_\_ de outras provas tiver notícia.*

Completam, adequada e respectivamente, as lacunas as expressões:

- (A) poderá ... poderá ... se
  - (B) não poderá ... poderá ... se
  - (C) não poderá ... não poderá ... a menos que
  - (D) excepcionalmente poderá ... poderá ... desde que
  - (E) deve, quando não constatar crime, ... não poderá ... a menos que
50. O rito comum ordinário prevê que o juiz pode substituir as alegações finais orais por memoriais escritos?
- (A) Sim, desde que o acusado não esteja preso.
  - (B) Sim, desde que não se trate de julgamento de crime grave.
  - (C) Sim, em qualquer hipótese, desde que a decisão seja fundamentada.
  - (D) Sim, desde que o caso seja complexo ou a depender do número de acusados.
  - (E) Não, por ausência de previsão legal.

